

## A CRISE DA ÁGUA E OS GOVERNOS LOCAIS

A água é um recurso estratégico e fundamental para a humanidade, pois mantém a vida na Terra, sustenta a biodiversidade e a produção de alimentos e suporta todos os ciclos naturais. A água tem, portanto, importância ecológica, econômica e social.

O Brasil é o detentor de quase 12% da água doce do mundo e de 35% da água doce das Américas. Além dos mananciais de superfície, dispõe de grandes reservas subterrâneas. Tal abundância relativa de água levou o país a uma cultura de desperdício. Muitas pessoas ainda imaginam esse bem como um recurso inesgotável.

A maioria das cidades despeja esgotos sem tratamento nos cursos d'água. Esta é a principal causa da poluição dos rios. Além disso, muitos municípios depositam lixo nas beiras de córregos, rios e lagoas. O tratamento de esgotos é ainda um desafio de grandes dimensões no Brasil. Apenas 20% do esgoto urbano passa por alguma estação de tratamento para a remoção de poluentes, antes do despejo final em algum rio ou no mar. O resto é lançado sem tratamento nos cursos d'água, transformando-os em disseminadores de doenças.

Na sub-bacia cabeceira do Alto Tietê da qual Suzano faz parte a situação a situação dos municípios é muito diversa: Guarulhos, por exemplo, coleta 72% do esgoto e não trata sequer um metro cúbico. Suzano, por sua vez, coleta 67% e trata 47%. Mogi das Cruzes coleta 89% e trata 37%. Poá é positivamente surpreendente porque coleta 89% e trata aproximadamente 83%.

Em termos nacionais, nos últimos anos, foi possível perceber avanços na legislação e na regulamentação do uso dos recursos hidrológicos. Destacam-se nesse contexto a Política Nacional dos Recursos Hídricos e as políticas de gestão e saneamento ambiental urbano.

Foram criados os comitês de bacias, que constituem um marco na gestão descentralizada das águas. Estes são formados por usuários das águas, por representantes de governos e pela sociedade civil organizada e permitem a tomada de decisões de forma descentralizada e participativa.

A participação efetiva da comunidade no gerenciamento da água depende de conhecimento sobre os recursos hídricos de sua região, além dos aspectos legais que envolvem direitos e deveres de cidadãos e empresas. É necessário também estabelecer processos de educação continuada de forma a capacitar todos os atores sociais para a gestão compartilhada das águas. Esses diferentes atores podem estabelecer padrões em torno dos quais possam

verificar os avanços de seus planos em direção à gestão sustentável das águas em sua região.

Em Suzano, a precariedade de uma sociedade civil organizada e a pouca vontade política do governo em colocar a questão da água na agenda do município associado aos altos níveis de degradação ambiental da região metropolitana de São Paulo torna o problema da água muito sério.

Seria desonesto não dizer que o governo municipal encomendou estudos, realizou seminário, eventos e comemorações sobre a questão do saneamento e do uso da água. No entanto, seria desonesto também se não disséssemos que essa questão específica do esgoto e do uso da água e a questão ambiental em geral definitivamente não entraram na chamada agenda de decisões do governo.

A crise do padrão civilizatório e a incapacidade de conciliar o padrão de vida moderno com as disponibilidades de recursos do planeta exigem respostas rápidas da sociedade e dos governos nos diversos âmbitos. Nesse ponto, os governos locais deverão ter um papel central formulando estratégias e experimentando alternativas para o uso consciente e racional da água em conjunto com a sociedade civil que deve cobrar informação e ações do governo. Só assim poderemos garantir o acesso à água no futuro.

**Eduardo de Lima Caldas é economista (USP). Mestre em Ciência Política (USP) e Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) e Doutor em Ciência Política (USP). É presidente do Partido Verde em Suzano e membro do CEPPS.**

**Rafael D'Almeida Martins é formado em Administração Pública (FGV-EAESP) e Doutorando em Ambiente e Sociedade na UNICAMP. Diretor-executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Qualidade de Vida (CEPPS). Para saber mais, acesse: [www.cepps.org.br](http://www.cepps.org.br).**